

DECLARO, para os devidos fins, que os dados cadastrais abaixo foram inseridos sob minha responsabilidade, sendo transmitidos através do Portal e-SAJ.

**DADOS BÁSICOS****Peticionante:**

Nome: CARLOS CAMARGO

**Processo:**

Tipo de Número: Unificado  
Número de processo: 0004169-32.2018.8.26.0347  
Número de processo de conhecimento: 1005155-37.2016.8.26.0347  
Foro: Foro de Matão  
Classe do processo: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública  
Tipo de petição: 1265 - Precatório  
Categoria da petição: Incidente Processual

**Dados suplementares – Processo de conhecimento:**

Data de ajuizamento: 16/09/2016  
Data de trânsito em julgado: 06/02/2017  
Foram opostos embargos do devedor ou houve impugnação? SIM  
Data do trânsito em julgado dos embargos do devedor: 14/02/2020  
Data do decurso do prazo para interposição dos embargos/impugnação: Não informado pelo peticionante  
Trata-se de valor incontroverso? SIM  
Data em que a decisão relativa ao valor incontroverso tornou-se definitiva: 14/02/2020

**Dados principais do ofício requisitório:**

Entidade devedora: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO  
Natureza: Outras espécies - Não alimentar  
Natureza do crédito: Indenizatório  
Valor global: 15,500.000

**Dados da parte:**

Requerente: Arlindo Vargas Ferreira  
  
Tipo de pessoa: Física  
CPF: 745.920.768-34  
Declaro tratar-se de pessoa estrangeira sem CPF: NÃO  
Registro nacional de estrangeiros (RNE): Não informado pelo peticionante  
Data de nascimento: 02/09/1944  
Portador de doença grave: SIM  
Pessoa com deficiência: NÃO  
Complemento da parte: Espólio  
Órgão vinculado: Não informado pelo peticionante  
  
Situação no órgão: Ativo  
Requisição: Total  
Houve expedição de RPV fundada na interpretação da regra de parágrafo 2º do art. 102 do ADCT? NÃO

**Dados bancários:**

Levantamento: Crédito em conta do Banco do Brasil  
Tipo de conta: Conta Corrente  
Banco: 001  
Agência: 1341  
Número da Conta: 00000109559-5

**Imposto de renda:**

Isenção do imposto de renda: Não informado pelo peticionante  
Há valores submetidos à tributação na forma de rendimento recebidos acumuladamente (RRA) nos termos do art. 12-A da Lei 7.713/1988? Não informado pelo peticionante